

## **TRANSIÇÃO SOLIDÁRIA: UMA REALIDADE EM MOVIMENTO**

**Juanita Trigo Nasser** – Prefeitura de Peruíbe e  
FESBS – Fórum de EcoSol da Baixada Santista e  
**Hemerson Fernandes Calgaro** – Secretaria de  
Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo  
e FESBS – Fórum de EcoSol da Baixada Santista  
juanita.trigo01@gmail.com  
hemerson.calgaro@sp.gov.br

### **Resumo:**

A Economia Solidária é um movimento onde envolve diversos atores da comunidade, seja do poder público ou da sociedade civil. Como o nome diz, é um movimento, ou seja, não é estático, pronto e acabado. A Economia Solidária se apoia em características próprias como a autogestão, a comercialização em circuitos curtos, a produção, geração de trabalho e renda, as relações humanas, o cooperativismo, mas essas características se entrelaçam e geram novos conceitos e relações que poderiam estar sendo simbolizadas por uma rede. Juntamente à Economia Solidária, a Dádiva, faz-se presente de forma inerente a todo o processo, caracterizada pela tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Refere-se portanto, a uma forma sociológica em que toda a prestação de serviço ou produção de bens seja efetuada com o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social. A rede que inicia como uma simples linha, que entrelaçada à outra linha se une com objetivos comuns. A linha que sozinha não diz muito se transforma em rede que sustenta, envolve e realiza. E é nesse aspecto que pensou-se no desenvolvimento da Economia Solidária em Peruíbe, uma realidade em movimento com o entrelaçamento das linhas onde o indivíduo deixa de ser sozinho e passa de uma estrutura familiar a algo coletivo, na busca de soluções práticas de geração de renda. O presente artigo teve como objetivo, apresentar a transição da Economia Solidária em Peruíbe, onde percebe-se neste movimento, que a estrutura familiar está inserida num contexto coletivo de finalidades comuns, sendo assim, possível verificar as políticas públicas disponíveis e acessadas, bem como as ações da sociedade civil nas práticas da Economia Solidária. Nesse contexto o gestor público tem papel importante na articulação dessas linhas e na promoção de empoderamento, de tomada de consciência e no suporte dessas cadeias produtivas. As políticas públicas são o alicerce que ao serem construídas coletivamente fazem com que a transição solidária seja possível. Essa transição da linha em rede exige muito comprometimento, respeito, empatia, motivação, pró atividade e principalmente amor. Somente com virtudes solidárias é possível mudar uma realidade para essa nova economia que vem se tornando uma real necessidade neste período pandêmico e provavelmente, será protagonista no período posterior a pandemia. Em Peruíbe, cidade do litoral sul do Estado de São Paulo, a comunidade vem se entrelaçando numa Rede Solidária e atualmente os 25 coletivos solidários praticam diversas atividades autogestionárias que promovem a geração de renda com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental. São exemplos dessas atividades a transição de uma agricultura familiar para coletivos solidários com foco na comercialização conjunta e fortalecimento do trabalho cooperado; organização dos produtores de artesanato na realização de feiras e eventos solidários; formatação de caixas agroecológicas (mix de alimentos) para o atendimento delivery; inclusão das iniciativas solidárias na captação de recursos da Lei Aldir Blanc; Turismo de Base Comunitária em comunidades indígenas e caiçara, e a participação em compras públicas (PNAE e PAA).

## **Introdução**

Peruíbe está localizada na Região Metropolitana da Baixada Santista, estado de São Paulo, Brasil e tem uma população estimada de 69.697 habitantes, segundo IBGE (2021), e sua área é de 326,216 km<sup>2</sup>, o que resulta numa densidade demográfica de 184,40 hab/km<sup>2</sup>, sendo 15.330 hectares em área rural. Com altitude média de 5,88 m, predomina a planície costeira, sendo rodeada por alguns morros e montanhas, tais como o Morro do Guaraú, Pico do Itatins e a Serra do Mar. Possui 32 km de praias, dos quais metade encontra-se em área central da cidade e apresenta a Mata Atlântica como vegetação predominante, clima subtropical úmido e quase metade de seu território encontra-se em sete Unidades de Conservação.

Historicamente, a construção da Estrada de Ferro Santos-Juquiá trouxe novos habitantes à região em 1914 e a bananicultura se espalhou. Em 1950, com a construção de rodovias para o litoral Sul, outras atividades se desenvolveram, em especial a imobiliária. Após plebiscito de emancipação, Peruíbe passa de distrito de Itanhaém para município, em 18 de fevereiro de 1959, e em 22 de junho de 1974 é reconhecida como Estância Balneária. Atualmente, a economia do município está fundamentada, principalmente, no turismo de veraneio, comércio e serviços.

A atividade agropecuária no município de Peruíbe, de acordo com dados do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária - LUPA (2021), realizado pelos técnicos da Casa da Agricultura de Peruíbe, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, concentra-se numa área de 5.784 ha, distribuídas em 180 propriedades rurais, sendo que, 150 (80%) são de pequeno porte, caracterizadas como de agricultores familiares. Essas propriedades destacam-se pelo cultivo da banana, jaca, mexerica, goiaba, milho, feijão, tubérculos, mandioca, hortaliças, palmito pupunha, apicultura, piscicultura, avicultura, suinocultura, equinocultura, pecuária mista, produtos processados artesanalmente, turismo rural e de base comunitária. Entretanto, outras 400 propriedades, aproximadamente, encontram-se numa condição de posse não regular quanto à titularidade. Estes imóveis rurais representam um problema com relação à questão fundiária no município e, conseqüentemente, de acesso às políticas públicas por parte destes agricultores.

Dos 5.784 ha abrangidos pelas Unidades de Produção Agropecuária (UPA), 464,9 ha são cultivados com banana, distribuídos em 127 propriedades rurais LUPA (2021).

Segundo Calgaro et al. (2021), onde realizaram estudo sobre a atuação da ATER nos circuitos curtos de comercialização e na economia solidária do município de Peruíbe, relatam

que a falta de título das terras que restringe o acesso ao crédito rural; o baixo nível tecnológico utilizado nos cultivos agrícolas, as restrições ambientais, a falta de mão de obra especializada e a dificuldade de acesso à área rural devido às más condições das estradas, representam os principais limitadores ou obstáculos quanto ao desenvolvimento da produção e receita agropecuária no município. Por isso, a adoção de um sistema de produção agroecológico adaptado às condições ambientais e de trabalho, torna um dos caminhos possíveis com soluções sustentáveis a serem intensificadas.

A modalidade agrícola produtiva indicada pelos técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no município é a agroecológica a qual visa, além da produção saudável, segura e sustentável de alimentos, também proporcionar a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais. Essa prática agrícola possibilita ainda, a remuneração justa ao agricultor, visto que o município possui uma boa infraestrutura de comercialização, principalmente durante o verão e conta com outras formas de apoio que têm a ATER como viés principal, associado também a um alto fluxo de turistas que são ou podem se tornar conscientes, além da população local em reconhecer e valorizar a produção de alimentos dos agricultores familiares do município (CALGARO et al., 2021).

O acesso a ATER se dá pelos órgãos como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Casa da Agricultura (Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo - SAA); Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista (FESBS); Instituto Biosistêmico (IBS); Fundação Florestal; Sempre Vida organização Feminista (SOF) e FUNAI. Estas instituições assistem aos agricultores, pescadores, indígenas e comunidades caiçara por meio de técnicos os quais são reconhecidos como facilitadores, auxiliando na organização social, produção de alimentos, comercialização e acesso às políticas públicas existentes para setor rural e ambiental.

Em um trabalho sobre agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização de alimentos, Silva et al. (2017) relatam que, atualmente, muito se discute sobre a relevância da categoria social representada pela agricultura familiar, não apenas pelo seu importante papel no desenvolvimento do país, mas, sobretudo, pela sua capacidade de gerar trabalho e renda, ocupando a mão de obra das pessoas que desejam permanecer no campo. Além disso, contribui com a produção de uma variedade de alimentos, atributo que é fundamental quando reporta-se ao propósito de refletir sobre a segurança alimentar. A agricultura familiar é caracterizada, dentre outros aspectos, pela utilização da mão de obra familiar e pelo cultivo da terra em áreas de pequena extensão, onde é possível adotar práticas produtivas mais adequadas, como a diversificação de cultivos, minimização do uso de

fertilizantes industriais e substituição destes por fertilizantes orgânicos, além da preservação do patrimônio genético através das sementes de variedades tradicionais ou crioulas, que foram selecionadas e melhoradas pelas mãos dos homens.

A Economia Solidária entra nesse contexto como um elemento norteador de desenvolvimento coletivo e percebe-se que conceitos fundamentais são apresentados no município. Segundo SINGER (2002) a economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.

Juntamente à Economia Solidária, a Dádiva, faz-se presente de forma inerente a todo o processo, caracterizada pela tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Refere-se portanto, a uma forma sociológica em que toda a prestação de serviço ou produção de bens seja efetuada com o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social

O presente artigo teve como objetivo, apresentar a transição da Economia Solidária em Peruíbe, onde percebe-se neste movimento, que a estrutura familiar está inserida num contexto coletivo de finalidades comuns, sendo assim, possível verificar as políticas públicas disponíveis e acessadas, bem como as ações da sociedade civil nas práticas da Economia Solidária.

### **Metodologia**

O presente artigo científico descreve a transição da Economia Solidária em Peruíbe e as políticas públicas disponíveis e acessadas, bem como as ações da sociedade civil nas práticas da Economia Solidária. Relata qualitativamente as informações coletadas por meio de entrevistas junto ao público alvo, que são agricultores(as), pescadores(as), artesãos(ãs), prestadores(as) de serviços, entre outros, tanto como pessoas individuais, como considerando os grupos existentes, coletivos e associações formados e constituídos por estas pessoas, residentes no município de Peruíbe, estado de São Paulo.

Portanto, este artigo se encarregou de registrar os fatos observados, constatados e identificados e assim, mensurar resultados inerentes aos beneficiados e à comunidade local.

A abordagem qualitativa se dá pela preferência na qualidade das informações no decorrer do estudo e não pela representação quantitativa delas. Possui a característica de compreensão e aprofundamento sobre um determinado assunto, explicando e trazendo reflexões por meio de propostas para solucionar problemas, assim como sugerido por Silveira & Córdova, (2009).

O local da pesquisa foi nas propriedades dos agricultores, feiras e espaços públicos, os quais proporcionaram os encontros para a coleta de informações. Por outro lado, considerando impedimentos operacionais de acesso e deslocamento de ambas as partes, elegeu-se em alguns casos, a entrevista realizada por meio telefônico.

Participaram das entrevistas pessoas que desenvolvem atividades, assim como descritas anteriormente, há mais de um ano, considerado, portanto, período suficiente para constatar possíveis benefícios e outras impressões.

As entrevistas se deram com a aplicação de um formulário semi-estruturado composto por 3 (três) questões, as quais eram lidas ao entrevistado e preenchidas pelos pesquisadores/autores, mediante respostas.

As questões traziam no seu arranjo as seguintes temáticas:

- Percepção do entrevistado quanto ao conhecimento das ações e políticas públicas existentes no município de Peruíbe;
- Dificuldades encontradas durante o processo de participação das ações e políticas públicas;
- Mudanças percebidas no ambiente doméstico após o início da participação em ações coletivas ou individuais, mas com apoio de políticas públicas.

Após coletadas as informações, realizou-se análise e discussão pelo método de análise de conteúdo. Este método diz respeito a um levantamento técnico e sistematizada em fases, objetivando a apreciação crítica do conteúdo (CAMPOS, 2004).

## **Resultados e Discussões**

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Peruíbe, foram constatados 23 coletivos solidários que possuem as atividades diversificadas sendo da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais, produtores de artesanato, de alimentação, prestadores de serviços, grupo de mulheres, de catadores e das causas LGBTQIA+ e veganismo.

Destes coletivos, doze integram o Conselho de Economia Solidária, conforme Decreto nº

5163, de 29 de março de 2021 que nomeou os membros do Conselho Municipal da Economia Solidária do Município de Peruíbe – ECOSOL para o biênio 2021/2023.

Vale ressaltar que esses coletivos solidários foram constituídos após a realização do curso de Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária realizada pelo FESBS – Fórum de Economia Solidária de Peruíbe, realizado de março a maio de 2019 e que abordou os seguintes temas: Conceito de Economia Solidária, Turismo de Base Comunitária, Finanças Solidárias, Cooperativismo e Reciclagem, Mulheres e Economia Solidária, Recepção Turística e Precificação em TBC, Cases de Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária (TBC) como da Aldeia Tabaçú e da Cooperativa de educação CIPÓ e finalizou com a construção do Marco Regulatório da Economia Solidária de Peruíbe.

A Lei nº 3.748, de 15 de agosto de 2019 dispõe sobre a instituição da Política Municipal de fomento à Economia Solidária no município de Peruíbe - ECOSOL e deu início oficial ao desenvolvimento das políticas públicas relacionadas ao setor, embora a Economia Solidária tenha sido identificada no município desde 1986, porém sem essa denominação.

Com respaldo legal, o poder público desenvolveu um projeto de desenvolvimento de competências coletivas onde a sociedade civil foi estimulada a se organizar de forma conjunta visando a comercialização em circuitos curtos e assim surgiram iniciativas tais como o Grupo de Consumo de Peruíbe e o Receptivo de Turismo de Base Comunitária da Barra do Una.

Ao poder público coube o trabalho de articulação entre os atores desse movimento, possibilitando a transição solidária e o empoderamento e a tomada de consciência de seu papel importante na Economia Solidária e também foi dado suporte às cadeias produtivas.

Vale ressaltar que segundo Silva, (2020)<sup>1</sup>, em seu estudo sobre Sociologia da Inovação, uma inovação não se impõe pelas suas qualidades próprias, mas é o processo que determina a sua emergência, o seu sucesso e/ou fracasso. A pandemia provocada pelo Novo Corona Vírus, com início em março de 2020, acabou sendo a principal motivação para o desenvolvimento de ações emergenciais para o combate a fome e diminuição dos desperdícios na área rural. Ainda, afirma que os resultados são interessantes, mas a rede de atores que será construída e as relações/ligações entre esses atores é o que mais importam. E não se trata de definir um projeto e convencer pessoas, mas construir em torno de uma ideia uma rede de alianças.

---

<sup>1</sup> Newton José Rodrigues da Silva. Extensionista da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - Casa da Agricultura de Santos e membro do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, 2020. Comunicação pessoal.

Em seu trabalho de conclusão de curso, SANTOS (2008) apresenta a teoria denominada sociologia da inovação, sociologia da tradução ou sociologia das redes sociotécnicas desenvolvidas por Michel Callon e Bruno Latour. Callon (1986,1999) afirma que traduzir é expressar na sua própria linguagem o que os outros dizem e querem, significa tornar inteligível para o ator que tem uma lógica de ação A, um enunciado não inteligível produzido por outro ator que adota uma lógica de ação B. O tradutor é um ator social com legitimidade para estabelecer um elo de inteligibilidade entre os outros atores, favorecendo a cooperação. A tradução é um processo, antes de ser um resultado, que permite equivaler o produtor do conhecimento e o utilizador em potencial.

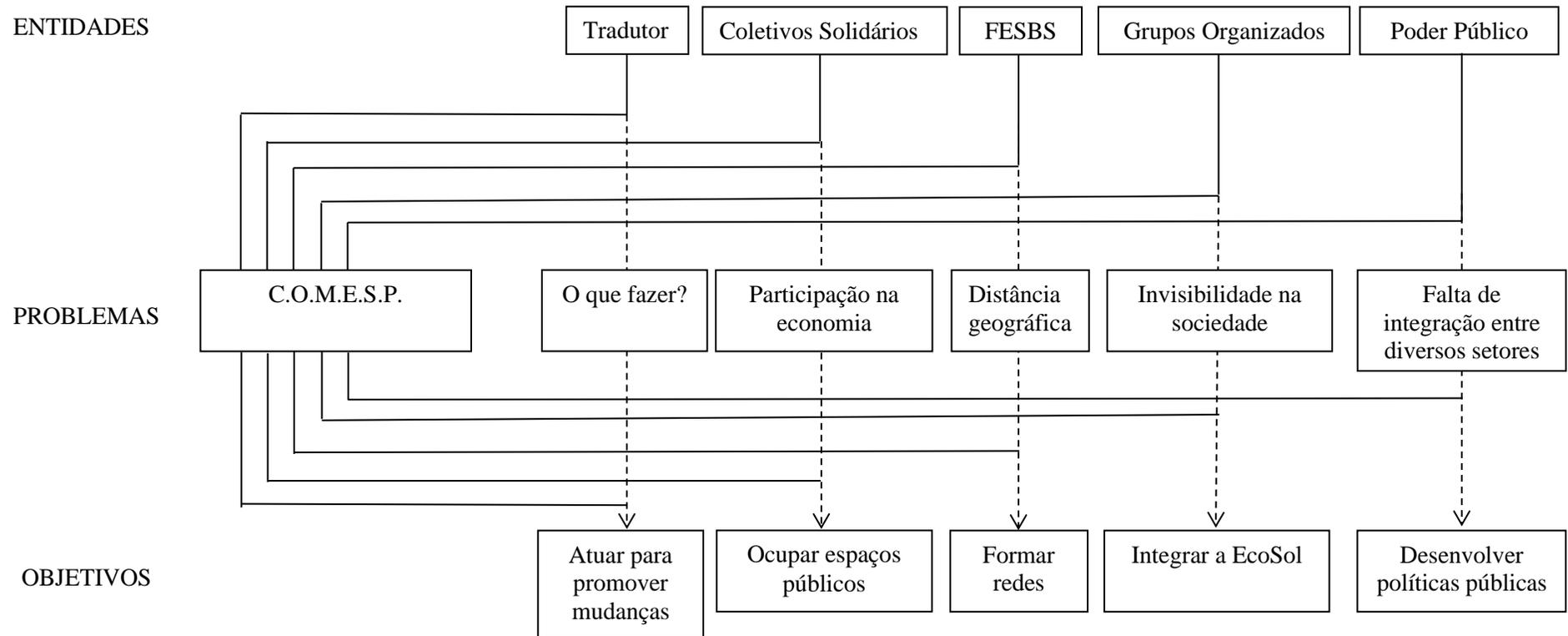
Assim, foram realizadas diversas ações em Peruíbe, envolvendo diversos atores onde a tradução, processo que proporciona a convergência de interesses, foi necessária a fim de tornar inteligível para o ator que tem uma lógica de ação A, um enunciado não inteligível produzido por outro ator que adota uma lógica de ação B.

A tradução se inicia com a contextualização que, nesse caso, é a compreensão dos atores implicados no processo, o interesse de cada um e o nível de convergência entre eles. Em Peruíbe foram identificados os coletivos solidários e suas atividades. Algumas problematizações foram identificadas e o papel do tradutor se destacou operando a ligação entre os atores do contexto em torno de uma questão geral, iniciando os seus deslocamentos no sentido da convergência.

Na Sociologia da Tradução analisar a controvérsia é fundamental. Entende-se por controvérsia o debate, a polêmica que tem por objeto os fatos científicos ou técnicos que ainda não estão estabilizados. Em Peruíbe observa-se que a principal controvérsia é a questão ambiental, onde grupos tentam viabilizar a implantação de Usina Nuclear, Termoelétrica e Porto Seco visando o desenvolvimento econômico da região em detrimento de aspectos ambientais, sociais e culturais. Porém, historicamente a comunidade se demonstra favorável ao desenvolvimento sustentável onde a questão econômica deve estar atrelada às questões ambientais e sociais, em harmonia para o pleno desenvolvimento.

Nesse contexto, o Conselho de Economia Solidária tornou-se o PPO - Ponto de Passagem Obrigatório onde as atividades de Economia Solidária são debatidas tanto nas reuniões mensais como também no grupo de whatsapp e grupos de trabalhos.

## CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PERUÍBE – PONTO DE PASSAGEM OBRIGATÓRIO



**Legenda:**

FESBS: Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista

Ecosol: Economia Solidária

COMESP: Conselho Municipal de Economia Solidária de Peruíbe

Silva, (2020) em comunicação pessoal, ainda afirma que a rede é cimentada pelos intermediários, que significa tudo o que circula entre as entidades envolvidas, que as coloca em relação e a cooperação entre os atores sendo estabelecida, a ligação dos porta-vozes está feita. A partir desse movimento, os atores serão alistados e mobilizados, tendo um sentido, um papel ativo definido para fazer a rede sociotécnica funcionar.

Vale ressaltar que a rede sociotécnica é uma organização integrada pelas entidades humanas e não humanas individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, suas identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros.

A expansão da rede é fundamental para a sua estabilidade e irreversibilidade, que ocorre no sentido do seu centro em direção à periferia, agregando novos atores que lhe darão mais solidez e viabilização do fato. Em Peruíbe percebemos as mobilizações de bairros distantes da área rural que estão em transição solidária de agricultores familiares individuais para coletivo solidário a fim de viabilizar oportunidades de trabalho e renda, além de fortalecer as relações sociais nessas regiões.

A estabilidade da rede depende, também, da sua vigilância. É necessária que esta seja feita em diferentes aspectos para que não haja o enfraquecimento da rede. A transparência deve ser constante em todo o processo de construção da rede para que não gere dúvidas. A confiança entre os atores está fundamentada nas suas ações. A existência da mínima manipulação ou um controle superior e hierárquico condena a tradução e a rede.

Com o trabalho inicial de levantamento e cadastramento dos coletivos solidários, obteve-se o seguinte resultado:

	<b>COLETIVO SOLIDÁRIO</b>	<b>TRADUTORES</b>
01	APRUMOCAJAA - Associação dos Produtores Rurais, Moradores do Cajueiro, Jaqueira e Adjacências	Leonildo Spinoza
02	Associação Cultural - AFEFE ODARA OMI DIDA	Antonio Gecyaldes Jesus Ramos
03	Cantinho do Artesanato	Jacira Rodrigues
04	Coletivo Chocobahia	Natália Rodrigues
05	Coletivo de Turismo Rural	Vanessa Mariano
06	Coletivo dos Agricultores, Pecuaristas e Artesãos do Vatrapiã e Adjacências – CAPAVA	Maximiliano Vherner
07	Coletivo ECOSOL Guarau	Vanessa Pauperio
08	Coletivo EcoJureia	Julio Braga e Borboleta
09	Coletivo Lixo Zero	Isabelle Coralles
10	Coletivo Locomotiva do Bem	Juliana Guandalini
11	Coletivo Morro das Panelas	Susete Andréa Sanchez Coutinho

12	Coletivo Mulheres da Pesca	Eliana Gomes Diniz
13	Coletivo Núcleo LGBTQIA+	Steves Andrei Lima
14	Coletivo Vênus Peruíbe	Eva Brasil
15	Cooperativa Amantes da Natureza	Hélio e Rose
16	CRSC Peruíbe/Sergipe	Luciano César dos Santos
17	Feira do Produtor Rural de Peruíbe	Maria José Gomes
18	Flora Tupi	Simone Tekua
19	MOCAN – Movimento Contra as Agressões à Natureza	Mari Polachini
20	Praça Flórida (artesãos)	Marco Reis
21	Quintal Veg Peruíbe	Adriana Capozzi
22	Rede Solidária de Peruíbe	Adriana e Susete
23	Turismo de Base Comunitária RDS - Barra do Una	Vania Cristina Rodrigues Maia
24	U.P.S União da Produção da Economia Solidária	Nina Edina de Azevedo
25	UMPES - União de Mulheres Produtoras da Ecosol	Imaculada Favini

Cada coletivo possui um tradutor que faz suas ações junto aos atores internos e promove a interlocução com o tradutor no âmbito global. Sabendo-se que o COMESP - Conselho Municipal de Economia Solidária é o Ponto de Passagem Obrigatório em nossa cidade, todas as decisões são tomadas com base nas discussões ali realizadas.

Um dos temas mais abordados é a comercialização em circuitos curtos que se refere às relações de consumo onde não há figuras intermediárias, ou seja, é a venda direta do produtor ao consumidor final ou por meio de um ponto de venda. Quando fala-se em produtor a primeira figura que nos vem à cabeça é o produtor rural, porém, nessa realidade da Economia Solidária, além dos produtores agrícolas, também trabalhamos com os produtores de artesanato, de alimentação, prestadores de serviços e grupos organizados de causas específicas que se relacionam com a Economia Solidária.

E relações de consumo? Num contexto capitalista, essas relações são constituídas e focadas no dinheiro, no capital financeiro. Nas cadeias curtas vemos a valorização das relações humanas nesse processo de compra e venda. Além da questão econômica, as cadeias curtas possibilitam a inserção social de um pequeno produtor e a valorização de sua identidade como detentor de um conhecimento empírico. Essa proximidade dos consumidores aos produtores faz com que as relações sejam focadas no conhecimento e confiança. O principal objetivo não é vender um determinado produto e sim criar essas relações e fortificar o marketing de relacionamento de longo prazo.

Na produção artesanal também é possível perceber a importância desse tipo de relação de consumo onde a convivência faz com que sejam solidificadas essas relações.

Como resultado do empoderamento dos coletivos solidários observou-se a realização da UMPES – União das Mulheres Produtoras da Economia Solidária juntamente com diversos coletivos solidários que criaram um Calendário de Mostras da Economia Solidária e a proposta era ter um encontro mensal, sempre na segunda semana do mês. Essa ação foi paralisada com a pandemia mas esse espírito de integração foi fortalecido, possibilitando a formação da Rede Solidária de Peruíbe.

As tradutoras da Rede Solidária realizaram Feiras on Line a fim de manter a comercialização em circuitos curtos o que proporcionou uma divulgação dos produtores, dos seus coletivos e a comercialização segura durante a pandemia.

Vale ressaltar que no momento de crise, viabilizou-se em Peruíbe construções incríveis e principalmente as mulheres da Economia Solidária que se engajaram no movimento e continuam entrelaçando muita gente nessa rede.

No que se refere a agricultura familiar, percebe-se que os circuitos curtos de comercialização fortalecem o pensamento agroecológico e técnicas sustentáveis, como forma de garantir a segurança alimentar e preservação dos recursos naturais.

Em Peruíbe o trabalho dos técnicos da Casa da Agricultura Gustavo Varela e Osmani Freitas, do departamento de Agricultura, Rafael Brites e do projeto Conexão Mata Atlântica, Thais Lima e Érika Fujita possibilitam o cultivo de agroecológica que é valorizada atualmente e esse é o grande diferencial do município.

Com o término do curso do SENAR realizado em Peruíbe em 2018, criou-se a Feira do Produtor Rural que hoje é referência dessa comercialização em circuitos curtos. Atualmente, foi criada uma nova feira do Produtor Rural, às terças feiras no Bairro da Estação, próximo a Rodoviária, além da reorganização da feira de sábado que estava sendo descaracterizada.

A Feira do Produtor Rural é um espaço hoje que propicia o desenvolvimento de relações socioculturais e educativas. Nela é possível conhecer os agricultores, sua família, seus hábitos, histórias. técnicas de plantio, enfim, é um lugar onde se resgatam valores, crenças e possibilita a troca de informações e conhecimentos, mas principalmente sobre alimentação, seus benefícios para a saúde e sobre qualidade de vida.



Figura 01: Caixas Agroecológicas da Feira do Produtor.

As Caixas Agroecológicas da Feira do Produtor (Figura 01) foi uma inovação para não promover aglomeração e possibilitar a venda dos produtos.

Na feira do produtor que acontece às quartas-feiras no centro da cidade de Peruíbe são 9 barracas de produtores agrícolas, 02 produtores de alimentação, 03 atrativos, sendo uma barraca de artesanato da Economia Solidária, um Sebo Solidário e uma barraca de pastel e caldo de cana.

Num primeiro momento nesta pandemia os agricultores optaram em suspender suas atividades já que boa parte deles estava no grupo de risco e foi promovida a venda on line e atendimento delivery. Com a mudança de fase os agricultores retornaram no sistema drive-thru atendendo pedestres e veículos o que possibilita mais segurança na comercialização.

É interessante perceber o espírito solidário que transpira nessa feira. É nítida a conscientização que as pessoas têm na valorização do alimento saudável e elas acabam se tornando coprodutoras e responsáveis pela manutenção da feira.

É muito interessante ouvir relatos do tipo: “nossa, aqui é possível encontrar uma variedade de produtos de qualidade e com preços acessíveis”. A modalidade de comercialização em circuitos curtos traz a vantagem onde o preço é justo para o produtor e para o consumidor e o mercado de proximidade permite a aquisição de produtos sempre fresquinhos. A variedade é de acordo com a época pois a produção é feita respeitando-se os ciclos naturais. Atualmente, encontra-se facilmente além da banana e das muitas variedades de verduras, o quiabo, a mandioca, pinha, maná cubio, cajamanga, cacau, limão rosa, cambuci, que além do produto in natura é possível também levar para casa a polpa natural para sucos.

Em síntese, durante esta pandemia foi possível perceber uma valorização das cadeias curtas de comercialização onde o atendimento delivery atingiu diversos setores, até mesmo na entrega de pescado e aí temos como exemplo o coletivo de pescadores da Barra do Una e do Mercado de Peixes do Portinho que criaram uma lista de pescadores que faziam entrega. Essa divulgação foi feita nas redes sociais e na semana santa foi o principal canal de comercialização do pescado em 2020. Viu-se que o ponto de feira precisou ser adaptado para o atendimento mediante os protocolos de segurança e o sistema drive thru foi implantado.

Outro resultado significativo foi a criação do Grupo de Consumo com a Sacola Agroecológica (Figura 02) onde visualiza-se a transição de uma agricultura familiar individual para um coletivo solidário com foco na comercialização conjunta e fortalecimento do trabalho cooperado.

Na região afastada da área rural, onde se situam os bairros do Guanhanhã, Bananal e Cossoca, as produtoras se reuniram e criaram um Grupo de Consumo Consciente pelo aplicativo Whatsapp onde divulgam e entregam sacolas, contendo duas frutas, duas verduras, tubérculos e ovos a preços acessíveis, podendo o consumidor receber essas sacolas toda semana, quinzenalmente ou uma vez por mês.



Figura 02: Sacola Agroecológica

Observa-se como a Economia Solidária tem o poder de transformar pessoas, grupos e comunidades. Essa criação de capital social com a interação com as ações da prefeitura promovem bons resultados para as comunidades. Em Peruíbe, essa união entre a sociedade civil e o poder público vem possibilitando diversas ações que resultam no empoderamento feminino, na emergência de organizações coletivas, tendo efeito multiplicador na geração de trabalho e renda e consequentemente no combate à fome. Ainda, possibilitou a divulgação do trabalho dos agricultores familiares da cidade e região, bem como permitiu o acesso desses produtos pela comunidade que não conhecia essa produção agroecológica de nossa cidade.

A comercialização delivery do Coletivo Morro das Panelas permite com que a população tenha acesso a uma listagem com mais de 70 produtos in natura, seja orgânicos, agroecológicos ou hidropônicos; mais de 30 produtos processados como geleias, caldos, homus, fubá e outros; além de laticínios, mel, carnes, pães e bolos, veganos, fitoterápicos e mudas. Esse coletivo divulga os produtos de diversos produtores, comercializa e entrega semanalmente em Peruíbe e região facilitando o escoamento da produção e possibilitando o acesso a esses produtos.

No movimento de transição solidária também é possível perceber como a EcoSol pode interagir com outras políticas públicas e nesse contexto foi realizado um trabalho de pertencimento, divulgação e atuação na captação de recursos da Lei Aldir Blanc (Figura 03) que atendia inicialmente os trabalhadores da Cultura mas que em Peruíbe se estendeu aos coletivos de Economia Solidária abrangendo a cultura do campo, a cultura indígena, caiçara, tradições quilombolas, artesanato dos coletivos solidários, dentre outros.



Figura 03: Economia Solidária e Lei Aldir Blanc.

A ação nos povos e comunidades tradicionais é bem latente na Economia Solidária e essa transição solidária se deu com foco no Turismo de Base Comunitária que é desenvolvida na Aldeia Tabacu com vivências e festividades tradicionais e na comunidade caiçara da RDS da Barra do Una onde há um trabalho de receptivo turístico que envolve a pesca e tradições caiçaras.

Por fim, outro resultado positivo dessa mobilização de desenvolvimento de competências coletivas e transição solidária é a participação da Cooperativa COOFAPER e outros produtores nas compras públicas tais como o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar e PAA - Programa de Aquisição de Alimentos para doação simultânea. Tais programas atendem diretamente o propósito no combate a fome, além de possibilitar aos agricultores uma garantia de produção e comercialização planejada.

Dessa forma, nesse contexto verifica-se uma interação onde os coletivos solidários de Peruíbe reunidos pelo Conselho Municipal compõe junto com o Poder Público uma rede municipal que é a Economia Solidária de Peruíbe que compõe o FESBS - Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista que provocam esse movimento de Transição Solidária em nossa região com atividades formativas contínuas e debates e fortalecimento das competências coletivas.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PERUÍBE



Esse movimento, como o próprio nome diz, é dinâmico e está em plena construção e adaptação com a contribuição coletiva de todos os atores e tradutores. Peruíbe vem se destacando no desenvolvimento da Economia Solidária e atualmente compõe o Programa Peruíbe Negócios para a retomada da economia local, mas com um foco muito mais abrangente, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento social e preservação ambiental.

### Conclusão

A prática da Economia Solidária trouxe benefícios e foi o meio pelo qual tudo aconteceu no descrito deste artigo. Outro fato fundamental a considerar foi a atuação do poder público local articulando junto a parceiros e instituições e organizações não governamentais que possibilitaram a concretização e efetivação das ações propostas oriundas da Economia Solidária e políticas públicas.

Ainda, neste viés, a prática da agroecologia e comercialização em circuito curtos estiveram presentes e foram decisivos na organização dos grupos e coletivos.

A pandemia provocada pelo Novo Corona Vírus foi fator que trouxe às organizações a pressão de inovar, principalmente nos momentos que não foram realizadas feiras e outras ações que tinham a aglomeração como impeditivo.

A atuação de técnicos de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural de diversas instituições trouxe tranquilidade aos membros das organizações, poder público e consumidores para que, efetivamente as ações pudessem acontecer com êxito e segurança. Portanto, o momento de transição solidária na cidade de Peruíbe vem constituindo, ao mesmo que consolida, uma nova realidade onde a Economia Solidária ganha espaço nas políticas públicas locais e na comunidade local.

## Referências Bibliográficas

CALGARO, H. F.; NASSER, J. T.; VILLELA, L. G. V. A atuação da ATER nos circuitos curtos de comercialização e na economia solidária do município de Peruíbe. *In*: Santos et al. **Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural: Avanços e Desafios para a construção do desenvolvimento rural sustentável**. João Pessoa: Ed. Mídia Gráfica e Editora Ltda., 2021. Cap. I, p.14-35.

CALLON, Pour une sociologie des controverses technologiques. *Fundamenta Scientiae*. 1981, v.2, p. 381-399. 35 CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. **L'Anné Sociologique**. 1986. n 36. p. 169-208.

CALLON. M. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination : les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. *IN* : CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. **Réseau et coordination**. Paris: Economica. 1999. p. 13-64.

CAMPOS, C. J. G. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 57, n. 5, p. 611–614, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=pt&tlng=pt).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/peruibe.html>. Acesso em: set. 2021.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; Almeida, Maria Geralda de (orgs.). **Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**. Organizadoras: Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

PERUIBE. Decreto Nº 5.163, de 29 de Março de 2021 que nomeia os membros do Conselho Municipal da Economia Solidária do Município de Peruíbe - Ecosol para o Biênio 2021/2023.

PERUIBE. Lei nº 3.748, de 15 de agosto de 2019 que dispõe sobre a instituição a política municipal de fomento à Economia Solidária no Município de Peruíbe – Ecosol. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/p/peruibe/lei-ordinaria/2019/375/3748/lei-ordinaria-n-3748-2019-dispoe-sobre-a-instituicao-a-politica-municipal-de-fomento-a-economia-solidaria-no-municipio-de-peruibe-ecosol-e-da-outras-providencias>.

PERUIBE. Plano Diretor de Turismo de Peruíbe. Disponível em <http://www.peruibe3.sp.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/03/PLANO-DIRETOR-DE-TURISMO-PERUIBE-2018.pdf>

SANTOS, M. M. **Gestão e políticas públicas: o caso dos bairros rurais de Peruíbe localizados no Parque Estadual da Serra do Mar**. Trabalho de conclusão (Bacharelado - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, Campus Experimental do Litoral Paulista. São Vicente, 2008.

SÃO PAULO. Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária - LUPA. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Dados Consolidados Municipais 2016/2017**. Disponível em: [Portal LUPA - Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo \(cdrs.sp.gov.br\)](http://portal.lupa.sp.gov.br/). Acesso em: set. 2021.

SILVA, M. N. et al. **A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS** - Brasil. Revista Espacios, v. 38, n. 47, pag. 7, 2017.

SILVA, N. J. R. **Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas - Análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e Alto Vale do Itajaí (SC)**. Ed. Unesp, SP, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Acessado em 05/09/2021, disponível em <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>